



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
Subsecretaria de Mulheres Rurais
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DE MULHERES RURAIS

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA
<p style="text-align: center;">a) Unidade Descentralizadora e Responsável</p> <p>Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Subsecretaria substituta de Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)</p> <p>Nome da autoridade competente: PATRÍCIA DE LUCENA MOURÃO</p> <p>Número do CPF: 846655999-04</p> <p>Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Subsecretaria de Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário</p> <p>Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: PORTARIA DE PESSOAL MDA Nº114, de 14/03/2024, prevista no art.38 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº11.396, de 21 de janeiro de 2023 e o que consta no Processo SEI nº55000.003630/2024-11 (Sei 55575320)</p> <p style="text-align: center;">b) UG SIAFI</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG490002/Código de Gestão 00001 – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG490021/00001 – Subsecretaria de Mulheres.</p>
2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA
<p style="text-align: center;">a) Unidade Descentralizada e Responsável</p> <p>Nome do órgão ou entidade descentralizada: Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL</p> <p>Nome da autoridade competente: Carlos Guedes de Lacerda</p> <p>Número do CPF: 475.046.174-15</p> <p>Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL</p> <p style="text-align: center;">b) UG SIAFI</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 158147</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 158147 - IFAL</p>
3. OBJETO
<p>Promover a autonomia econômica das mulheres assentadas e acampadas da reforma agrária em dois municípios da Mata Alagoana através da (re)estruturação de quintais produtivos agroecológicos, garantindo segurança alimentar e nutricional e a geração de renda às suas famílias.</p> <p style="text-align: center;">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Fortalecer a produção agroecológica nos territórios de reforma agrária:</p> <p>Estruturar e apoiar 150 unidades produtivas de referência distribuídas nas regiões da Zona da Mata do estado de Alagoas, promovendo práticas sustentáveis que valorizem o uso racional dos recursos naturais e a preservação ambiental.</p> <p style="text-align: center;">Ampliar a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias:</p>

Incentivar a diversificação produtiva nas unidades produtivas de referência agroecológica - UPRA para garantir o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, contribuindo para a melhoria da saúde e bem-estar das mulheres, de suas famílias e do seu território.

Fomentar a geração de renda por meio da comercialização da produção agroecológica:

Promover a inserção das mulheres e suas unidades produtivas em mercados locais e regionais, fortalecendo a economia solidária e o acesso a políticas públicas de comercialização.

Qualificar as mulheres para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e organizativas:

Realizar formações técnico-produtivas e socioeducativas que abordem temas como agroecologia, cooperativismo, feminismo, e combate à violência, promovendo a autonomia e o empoderamento das beneficiárias.

Fortalecer a organização social e produtiva das mulheres rurais:

Articular redes e associações locais, com o apoio de movimentos sociais e cooperativas, para potencializar o protagonismo feminino na luta pela terra e nas atividades produtivas, garantindo o engajamento e a sustentabilidade das ações.

Promover a integração entre o saber técnico e o saber tradicional:

Implementar ações de coprodução do conhecimento envolvendo as mulheres rurais, suas práticas agroecológicas e a expertise técnico-científica do IFAL, gerando soluções adaptadas às realidades locais e replicáveis em outras comunidades.

Monitorar e avaliar o impacto socioeconômico e ambiental da proposta:

Acompanhar o desenvolvimento das atividades nos territórios e medir os resultados alcançados em termos de geração de renda, segurança alimentar e fortalecimento da autonomia feminina, gerando dados para a replicação e aprimoramento das iniciativas.

4. METODOLOGIA PARA A ESCOLHA DAS COMUNIDADES, TERRITÓRIOS E BENEFICIÁRIAS

A definição das comunidades, territórios e mulheres beneficiárias da proposta foi realizada com base em critérios técnicos e participativos, visando assegurar a eficácia e o impacto das ações planejadas. A metodologia adotada se fundamenta nos seguintes aspectos:

IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS

A seleção dos territórios baseou-se em um levantamento prévio realizado junto aos movimentos sociais de luta pela terra e às redes de cooperativas atuantes no estado de Alagoas. Esse levantamento considerou:

- Áreas com grande potencial de produção de alimentos e organização das mulheres que estejam próximas do maior centro consumidor de Alagoas, a cidade de Maceió;
- Área de concentração de assentamentos e acampamentos no Estado de Alagoas e histórico de organização social e práticas agroecológicas;
- A vulnerabilidade socioeconômica das famílias, com atenção especial a territórios com altos índices de pobreza e dificuldade de acesso a políticas públicas;
- A viabilidade técnica para implementação das ações, considerando aspectos como infraestrutura básica, organicidade e potencial produtivo local.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO COM REDES ORGANIZADAS

A metodologia foi amplamente participativa, com a inclusão de representantes de movimentos sociais de luta pela terra, associações comunitárias e redes de cooperativas no processo de escolha. Essa abordagem garantiu que as decisões fossem alinhadas às demandas reais das mulheres e respeitassem as especificidades de cada território.

Foram realizadas consultas e reuniões com lideranças locais para validar as comunidades selecionadas, promovendo a construção coletiva da proposta e assegurando o engajamento das beneficiárias e de suas redes de apoio.

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS

A definição das 150 unidades produtivas que serão atendidas diretamente (que beneficiarão cerca de 200 mulheres) foi baseada em critérios que valorizam o protagonismo feminino e o fortalecimento de redes já existentes, incluindo:

- Mulheres assentadas ou acampadas ligadas a movimentos sociais de luta pela terra e/ou organizações de mulheres rurais;
- Participação em redes de cooperativas ou associações produtivas locais;
- Envolvimento com práticas agroecológicas ou interesse em adotar esse modelo de produção;
- Situação de vulnerabilidade social e econômica, priorizando aquelas em maior risco de exclusão.

ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICAS

A escolha das 150 unidades produtivas de referência agroecológica seguiu critérios de equidade territorial, assegurando que municípios da Mata Alagoana fossem contemplados de maneira equilibrada. Essas unidades servirão como polos de disseminação de práticas e conhecimentos agroecológicos para as demais comunidades, promovendo a multiplicação dos resultados da proposta.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação ativa de redes e movimentos sociais foi essencial para garantir que a proposta atendesse às demandas específicas das mulheres rurais e fortalecesse os laços comunitários. A articulação com essas organizações possibilitou a identificação de territórios com maior potencial de engajamento e impacto, além de assegurar que as ações planejadas sejam culturalmente adequadas e alinhadas às realidades locais.

Essa metodologia promove a inclusão social, fortalece a governança local e potencializa os resultados da proposta, ao integrar saberes comunitários e técnicos para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo nas comunidades beneficiadas.

5. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:**META 1. CONSTITUIÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA QUE ATENDERÁ ÀS BENEFICIÁRIAS**

Iniciaremos o trabalho pela constituição da equipe que fará a gestão do projeto e dará suporte técnico à criação, fortalecimento ou ampliação dos quintais produtivos. Neste sentido, esta meta será cumprida em 3 etapas:

1. Seleção de equipe de trabalho entre servidores e estudantes do IFAL, membros e parceiros de movimentos sociais, para formação de Equipe Técnico-Pedagógica (1 Coordenação Geral do IFAL, 1 Coordenação local, 1 Coordenação Técnica de Nível Superior, 1 Coordenação de Comunicação) e Equipe Técnica (4 Técnicos Extensionistas e 3 estudantes de Ensino Médio Técnico do IFAL em Administração, Informática e Agroecologia). A organização desta etapa é responsabilidade da Coordenação do IFAL e Coordenação Local, e para sua efetivação estarão envolvidos pagamentos mensais na forma de bolsas (para membros do IFAL) e pagamento por 20 horas de dedicação mensal na forma de serviço a microempreendedor individual (MEI).

2. Qualificação e Articulação da Equipe. Depois de selecionados/as os/as membros faremos um processo de qualificação em 3 etapa: a) um primeiro momento de encontro entre a Equipe Técnico-Pedagógica para nivelamento metodológico, conceitual e planejamento operacional; b) um segundo momento de encontro Equipe Técnico-Pedagógica para formação de alinhamento metodológico e conceitual e refinamento do planejamento operacional c) um terceiro momento de encontro da Equipe Técnico-Pedagógica, Equipe Técnica com lideranças dos assentamentos e coordenação local, sendo 10 lideranças de mulheres de Joaquim Gomes e 10 lideranças de Atalaia. A organização desta etapa é de responsabilidade da Equipe Técnico-Pedagógica, e para sua realização será necessário custear apenas gastos de combustível para deslocamento da equipe.

3. Aquisição de importantes equipamento de suporte ao trabalho das Equipes de trabalho, tais como notebooks para serem distribuídos entre os membros da coordenação a partir de avaliação de prioridades e demandas, 1 data show para cada um dos municípios para uso em processos formativos, reuniões de planejamento e orientação técnica e 4 veículos para uso da Equipe Técnica e Equipe Técnico-Pedagógica ao longo do processo, sendo um veículo tipo picape, um veículo de passeio e 2 motocicletas, uma para cada município. Ademais, entregaremos a cada membro da equipe 1 kit de trabalho (Caderno ecológico de capa dura, caneta preta, caneta vermelha, lápis e borracha para uso de todos os membros da equipe) e 1 mochila agroecológica. Findo o projeto, o IFAL pretende ficar apenas com o veículo de passeio para uso das Incubadoras de Economia Solidária do IFAL, doando às organizações de mulheres os demais veículos.

Meta 2. Diagnóstico situacional, seleção e articulação das beneficiárias

Constituída e selecionada a equipe, passaremos ao trabalho de construir, a partir de dados secundários e do conhecimento prévio de membros da direção do movimento, um diagnóstico que nos permita conhecer melhor as beneficiárias, seu contexto social, econômico e cultural, as características, dilemas e necessidades de seus territórios e de suas unidades produtivas. Essa etapa está sistematizada em 3 etapas:

1. Diagnóstico situacional e seleção das beneficiárias. Esta etapa será cumprida por meio de sequência de 3 atividades integradas. Num primeiro momento, em reunião da Equipe Técnico-Pedagógica serão levantados indicadores e fontes de informação importantes para construção do diagnóstico. Num segundo momento, a partir do levantamento e tratamento de dados, realizados na articulação entre Equipe Técnico-Pedagógica e Equipe Técnica, será produzida análise de dimensões social, econômica, ambiental, cultural, que nos permita compreender as condições e necessidades do território e das beneficiadas. Por fim, a partir do diagnóstico, a Equipe Técnico-Pedagógica terá condições de estabelecer critérios para seleção das mulheres a serem atendidas nos assentamentos do município de Joaquim Gomes e Atalaia. Para a realização desta etapa não há custos diretos envolvidos. Sua execução é parte das atribuições da remuneração mensal paga aos membros da equipe.

2. Articulação e sensibilização das beneficiárias. Feita a seleção de beneficiárias, procederemos a uma reunião de apresentação do projeto, a realizar-se em algum espaço de formação na região de Atalaia/Joaquim Gomes, oportunidade em que realizaremos também a qualificação de elementos do diagnóstico situacional a partir da escuta da experiência e percepção das beneficiárias sobre os desafios e demandas. Esta será uma etapa que nos permitirá, portanto, qualificar o diagnóstico e, dessa maneira, também os processos formativos e de extensão rural. A realização desta etapa está sob a responsabilidade de Equipe Técnico-Pedagógica e Equipe Técnica, e para sua realização serão necessários gastos com alimentação e transporte das equipes e beneficiárias, além de gastos com 4 banners para identificação e divulgação do projeto, a serem assim distribuídos: 1 para o IFAL, 1 para a organização comunitária dos assentamentos, 1 para o município de Joaquim Gomes, 1 para o município de Atalaia.

Meta 3. Formação das Beneficiárias

Neste momento, iniciamos a execução das atividades direta e indiretamente relacionadas à criação, fortalecimento ou ampliação dos quintais produtivos. Inicialmente, planejamos um processo de formação em 2 encontros de 3 dias cada um, na forma de palestras e oficinas, tratando de temas diretamente ligados ao objeto e objetivos deste projeto. Eles acontecerão no 3o e 4o mês de execução do projeto. Serão convidados/as até 8 profissionais especialistas na temática, sempre considerando a sensibilidade e aproximação com o debate de gênero e do trabalho das mulheres na agricultura familiar. Os temas aventados pela equipe de submissão da proposta são os que se seguem:

1. Agroecologia e Feminismo. Num primeiro momento, reconhecemos a importância de discutir as problemáticas específicas relacionadas à condição das mulheres no meio rural, tais como violência doméstica, violência patrimonial, dificuldade de encontrar espaço de participação nas decisões das unidades produtivas, em detrimento da importância de seu trabalho para a produção de subsistência, de cuidado, e também importante participação na geração de renda através da participação nas feiras e na produção de indústria doméstica. De outro lado, esperamos que esse momento promova o reconhecimento e reflexão sobre a íntima relação entre mulheres e produção agroecológica, amplamente reconhecida nos territórios, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e na literatura acadêmica. São as mulheres as grandes mobilizadoras da produção agroecológica, que começam em quintais produtivos.

2. Produção Agroecológica Integrada Sustentável e Geração de Renda. Será realizada uma oficina sobre produção de base ecológica com vistas a contribuir para a implementação de práticas sustentáveis e manejo dos quintais produtivos, como criação de bancos de semente, uso de compostagem, adubação verde, rotação de culturas, uso de plantas nativas, técnicas sustentáveis de irrigação, diversificação, integração com produção de pequenos animais, entre outros.

3. Integração ao livre mercado e aos mercados institucionais. Nesta oficina, será discutido, num primeiro momento, a condição de franca desigualdade e exploração com a qual as/os agricultoras/es familiares se inserem no livre mercado, discutindo estratégias para lidar com os desafios postos, com destaque para a possibilidade de qualificação dos produtos dos quintais produtivos por meio da produção agroecológica, beneficiamento de produtos e organização coletiva. Num segundo momento, serão apresentadas as políticas públicas que permitem participação de agricultoras/es familiares no mercado institucional, discutindo possibilidades e dificuldades e estratégias de superação, com destaque à inserção dos produtos dos quintais produtivos também neste mercado.

4. Cadernetas Agroecológicas e Quintais Produtivos. Será realizada uma oficina para as mulheres se apropriarem da importância do uso das cadernetas agroecológicas, bem como aprender a preenchê-las no âmbito dos quintais produtivos. As cadernetas agroecológicas são de fácil uso. Trata-se de um instrumento potente de registro da produção e que fornece informações técnicas importantes, indicando quanto da produção é consumida e quanto é comercializada, além de explicitar de forma prática a contribuição das mulheres em termos produtivos, dando visibilidade a sua função.

5. Princípios e práticas em Economia Solidária. Esta oficina pretende qualificar as mulheres beneficiárias para a economia solidária e desenvolvimento cooperativista, discutindo questões como cooperação, autogestão, participação política nos territórios, comércio justo e solidário, finanças solidárias, tecnologias sociais, estratégias de divulgação e comunicação, noções de custos, controle de dinheiro e precificação (gestão financeira), acesso à políticas públicas e financiamentos.

Estes temas poderão se (re)pensados a partir do diálogo com as mulheres beneficiárias, realizado por meio das atividades realizadas na meta 2. A articulação destas oficinas é responsabilidade da Equipe Técnico-Pedagógica, e contará com a contratação de 1 profissional especialista em cada uma das temáticas. Para execução desta etapa, portanto, estão envolvidos custos de alimentação e transporte das equipes e beneficiárias até um espaço de treinamento na região Atalaia/Joaquim Gomes, bem como aquisição de um kit de materiais de escritório para que as beneficiárias possam fazer suas anotações, entregues em uma ecobag custeada também pelo projeto.

Meta 4. Planejamento dos Quintais Produtivos

Serão realizados três encontros para realizar o redesenho dos agroecossistemas (GLIESMMAN, 2000), ou seja, dos quintais produtivos agroecológicos das mulheres pelas mulheres. O planejamento constará de três etapas distintas e integrada:

1. Inicialmente, serão formados grupos de trabalho por técnico/a (37 beneficiárias por técnico). Será um momento para troca de experiências e reconhecimento de habilidades e desejos. Uma estratégia possível é iniciar com relatos de experiências, criando um espaço de socialização e valorização da vivência de cada uma. Esse momento deve se desdobrar em uma avaliação das experiências exitosas e identificação de algumas das dificuldades experimentadas, a serem superadas. Esse debate também deve se desdobrar na reflexão sobre a diversidade de necessidades e projetos, apontando para uma miríade de possibilidades de construção de quintais, que podem ser (re)construídos a partir desse projeto. Nessa etapa serão utilizados instrumentos simples de registro, tais como mapa falado, com ilustrações do passado, presente e futuro e do todo do lote, tendo em conta os outros subsistemas existentes no lote (isto é, a pastagem, o roçado de macaxeira, o galinheiro, a casa, etc.) e as relações entre eles. Por exemplo, deve-se considerar os fluxos em termos de materiais, informações, mão-de-obra, etc., obedecendo a uma abordagem sistêmica que permita identificar possíveis interações.

2. Na segunda etapa será construído, junto às beneficiárias, o (re)desenho de cada quintal produtivo, concebido como um subsistema também com seus componentes, limites e interações. Vale salientar que esse momento significará algo importante para a autoafirmação e de busca de autonomia das mulheres, ou seja, tratar-se-á do ponto de partida de (re)estruturação dos seus quintais, a luz da sua motivação e desejo de colocar em prática suas ideias, agora com algum

recurso, mas olhando também para os outros subsistemas, como forma de administrar da melhor forma possível os fatores limitantes como mão-de-obra, água, etc. Isso equivale a dizer que a decisão sobre o que inserir ou modificar no quintal será definido por elas próprias e para elas, sem contudo prescindir de uma análise do todo. Nessa etapa todas as mulheres estarão identificadas, cada qual seu projeto cadastrado, constando do nome, assentamento, lote e esboço da proposta relativa ao quintal produtivo, com os componentes vegetais e/ou animais, práticas, espaçamentos a serem adotadas e data de início da implantação do quintal.

A execução desta meta é responsabilidade da Equipe Técnica, apoiada e acompanhada pela Equipe Técnico-Pedagógica, e para sua realização serão necessários: para o primeiro momento, o encontro entre equipes divididas por técnico, a realizar em sala de reuniões de cada município, gastos com alimentação e transporte das beneficiárias e equipes; para o segundo momento, apenas gastos com combustível para o transporte das equipes.

Meta 5. Estruturação e ampliação dos quintais produtivos

Nesta etapa serão instalados e/ou ampliados em 150 quintais produtivos agroecológicos, o Kit Quintal Agroecológico, constituído da associação entre horticultura, fruticultura e criação de aves. Com base no planejamento realizado pelas mulheres e a assessoria técnica, será iniciado o processo de implantação e/ou estruturação dos quintais produtivos agroecológicos. Isso implica dizer que todos os equipamentos e insumos necessários estejam prontamente disponíveis para serem usados. Esta ação está a cargo dos técnicos/as do projeto e das próprias mulheres assentadas e acampadas com apoio das/os coordenadoras/as locais na mobilização e organização do trabalho em grupo. Espera-se que os/as técnicos/as façam acompanhamento semanal em cada unidade produtiva.

A execução desta etapa é responsabilidade da Equipe Técnica, apoiada e acompanhada pela Equipe Técnico-Pedagógica. E para sua execução serão necessários: 1. gastos com implantação dos kits (ver modelo apresentado). 2. aquisição de máquinas e equipamentos que dêem suporte à produção dos quintais: 1 biodigestor para cada município, para servir como experiência e modelo; 1 tratorito para cada 10 quintais, para uso nos trabalhos de plantio; 1 triturador de cocos e galhos que ficará no município de Atalaia, para uso na produção de composto orgânico. 3. combustível para deslocamento dos técnicos extensionistas. 4. material de registro da produção dos quintais por meio das cadernetas agroecológicas.

Meta 6. Acesso a políticas públicas, circuitos curtos de comercialização e ações solidárias

As organizações sociais presentes nas áreas de assentamentos, a exemplo das associações e cooperativas, serão estratégicas para viabilizar tanto o acesso ao PAA e PNAE quanto as feiras e outros pontos de comercialização, bem como contribuir com as Cozinhas Solidárias. A partir da produção nos quintais as mulheres poderão fortalecer e ocupar seu espaço nas políticas públicas e no comércio local que, por sua vez, poderá ajudar a escoar sua produção. Espera-se, ainda, que os quintais produtivos fortaleçam os projetos de Cozinha Solidária já instituídos no Estado. E planejamos que grupos de mulheres organizados participem da organização e comercialização na Feira da Reforma Agrária. Neste caso serão custeados pelo projeto tendas de feira, avental, sacola retornável e caixa (tipo galea) para transporte e armazenamento da produção. Extensionistas serão responsáveis por capacitar os técnicos na elaboração de propostas ao PAA e PNAE e orientar as feirantes no que diz respeito aos procedimentos para a organização e manutenção das feiras.

A execução desta etapa é responsabilidade da Equipe Técnica, apoiada e acompanhada pela Equipe Técnico-Pedagógica, e para sua execução serão necessários gastos com combustível para deslocamento das equipes e materiais para suporte ao trabalho de comercialização nas feiras (como mencionado acima).

Meta 7. Construção de estratégias de comunicação entre beneficiárias e de visibilidade das ações do projeto

A última meta, que será realizada ao longo de toda a execução do projeto, trata das estratégias de comunicação. De um lado, é indispensável a construção de canais de comunicação direta entre as beneficiárias, bem como entre elas, Equipe Técnico-Pedagógica e Equipe Técnica. Podem ser criados, a exemplo, grupos em aplicativos de comunicação (como Whatsapp), entre outras possibilidades e ideias construídas ao longo do projeto. De outro lado, consideramos importante a divulgação e visibilidade tanto das ações dos projetos, quanto da produção dos quintais realizada pelas mulheres, a fim de ampliar a valorização e possibilidades de comercialização.

As atividades relacionadas a essa meta ficarão a cargo da Coordenação de Comunicação, com apoio de extensionistas e bolsistas. E não há custos diretos envolvidos, já que sua execução envolve tarefas atinentes ao pagamento de horas de trabalho mensais ou bolsas.

6. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A participação de mulheres na direção de estabelecimentos agropecuários aumentou, no período de 2006 a 2017 (RAMOS e VIEIRA FILHO, 2021). De acordo com o novo Censo, são 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais. O número representa 19% do total de 5 milhões de produtores rurais, sendo a maioria na região Nordeste (57%). O Censo Agropecuário de 2017 também apontou que 817 mil mulheres participam da direção do estabelecimento rural, de forma compartilhada com o cônjuge. Trata-se de mais de 1 milhão de unidades produtivas compartilhadas pelo casal, o que representa 20% do total. Assim, não apenas aumentou a presença das mulheres na direção diretamente dos estabelecimentos agropecuários, mas o protagonismo dessas mulheres rurais na direção compartilhada.

Segundo o IBGE, não é que as atividades rurais estejam atraindo mais mulheres. É, na verdade, uma substituição de comando por vários fatores como envelhecimento, falecimento, aposentadorias. Em outros casos, o marido teve que buscar outra atividade fora para manter a família e, na sua ausência, as mulheres assumiram a direção do estabelecimento. Os estudos apontaram também que apenas 9,6% das mulheres obtêm informações técnicas através de reuniões técnicas ou seminários, enquanto entre os homens, a porcentagem é de 14,3%. No que se refere à participação em atividades associativas, como cooperativas, apenas 5,3% são cooperadas, enquanto 12,8% dos homens participam de algum tipo de associação.

É importante esclarecer que a produção da agricultura familiar praticamente se manteve, mesmo diante de algumas adversidades, principalmente climáticas, a exemplo do Nordeste, que vivenciou uma das maiores secas já existentes.

Apesar disso, o Nordeste ainda apresenta a maior concentração nacional de pobreza, aparecendo em 2022 como o terceiro estado com maior percentual de pessoa em situação de extrema pobreza, depois de Maranhão e Acre, de acordo com os dados do IPEA de 2023. Superar essa condição é um desafio para a conquista da justiça social e para o resgate da cidadania. Nesse sentido, torna-se necessário disponibilizar orientação qualificada para as mulheres beneficiadas pela reforma agrária, contemplando a cooperação, a Agroecologia e a organização interna do conjunto das famílias. E, com isso, promover a construção do conhecimento em conjunto (prática-teoria-prática), levando em consideração as condições sociais e culturais das mulheres beneficiárias, visando a construção em bases sólidas do desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária, além de ampliar o acesso às políticas públicas de formação, produção e comercialização para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

Acrescente-se aos fatos mencionados acima o fato de que no último período, projetos e editais organizados para a agricultura familiar têm privilegiado a região do sertão, especialmente para trabalhar com a relação entre preservação do bioma caatinga e produção de alimentos. A zona da mata, do bioma mata atlântica, região defendida aqui para receber o projeto de quintais produtivos, também precisa de projetos nessa perspectiva. Estamos falando de uma região que possui assentamentos e acampamentos com elevados índices de produção de alimentos saudáveis, mas que também precisam de políticas que incentivem o fortalecimento, profissionalização, especialmente no que diz respeito à autonomia feminina nesse processo. É também importante, pois, no favorecimento da transição agroecológica, acaba promovendo práticas sustentáveis, como compostagem, reutilização de sementes crioulas e manejo agroecológico, dessa maneira, também contribuindo para a preservação e conservação do bioma no cuidado com os recursos naturais e regeneração do solo.

A presente proposta tem por objetivo fomentar a autonomia econômica das mulheres rurais, fornecendo os recursos necessários para estruturação de 150 quintais produtivos e desenvolvimento de atividades coletivas, possibilitando a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda por meio da comercialização da produção dos quintais e das outras atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres. Ou seja, trata-se de desenvolver ações socioeducativas, organizativas, e produtivas para mulheres assentadas e acampadas, com foco na segurança alimentar e nutricional, geração de renda, ampliação do debate sobre o feminismo, rompendo círculos de violência, tendo como base os princípios da Agroecologia.

A implementação dos quintais pode oferecer oportunidades de trabalho para mulheres e jovens, evitando o êxodo rural e fortalecendo os laços comunitários nos assentamentos. Os quintais podem ser uma estratégia para ampliar e fortalecer a participação das mulheres jovens e adultas nas políticas públicas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo um mercado para sua produção.

Por fim, e concordando com Amorozzo (2002), os quintais produtivos justificam sua importância na medida que permitem às famílias, variedade alimentar, a preservação da cultura alimentar e dos recursos naturais, e para além, em nosso objeto, possibilita que mulheres camponesas complementem as necessidades de subsistências cotidianas, corroborando para a qualidade e segurança alimentar com protagonismo feminino, combatendo a desigualdade de gênero no campo.

A seleção dos territórios para execução da proposta baseia-se em critérios técnicos e sociais que visam maximizar o impacto das ações planejadas. A proposta abrangerá a região Mata Alagoana do estado de Alagoas, garantindo que as especificidades culturais, climáticas e produtivas do território sejam consideradas no planejamento e execução das atividades. Essa escolha é estratégica, pois essa região concentra a maior parte das famílias assentadas e acampadas pela reforma agrária no Estado, muitas das quais estão em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, conforme os dados do IPEA de 2023. Esse recorte territorial da Zona da Mata também se justifica na medida que essa região é o espaço dos dois grandes complexos de áreas de reforma agrária no estado, abarcando as antigas usinas Agrisa Peixe e Ouricuri, nos municípios Joaquim Gomes e Atalaia. Essas áreas possuem um histórico de resistência e organização social, sendo ambientes propícios para iniciativas que promovam a Agroecologia e a cooperação entre as famílias. A presença de mulheres protagonistas no manejo de Unidades Produtivas de Referência Agroecológica – UPRA, nessas localidades reforça a relevância da proposta, pois será possível trabalhar com uma base já existente e oferecer suporte técnico e estrutural para potencializar os resultados.

No total, serão atendidos 150 mulheres, distribuídas em 150 UPRA localizadas estrategicamente na zona da mata. Cada unidade produtiva terá papel fundamental como centro de disseminação de práticas agroecológicas, fortalecendo a troca de saberes e ampliando o alcance das ações para as comunidades vizinhas.

Dimensão social e produtiva do público-alvo

As **150 unidades produtivas de referência agroecológica** atendidas estão inseridas em assentamentos e acampamentos que já demonstraram potencial para produção sustentável, mas que enfrentam desafios relacionados ao acesso a políticas públicas, infraestrutura produtiva e capacitação técnica. Ao direcionar esforços para essas áreas, a proposta atenderá diretamente a **200 mulheres**, promovendo sua autonomia econômica e social.

Ao focar na segurança alimentar e nutricional, geração de renda e fortalecimento do feminismo, a proposta busca romper ciclos de pobreza e violência, historicamente enraizados em contextos de vulnerabilidade. As ações previstas possibilitarão a inclusão das mulheres em espaços de decisão, além de ampliar sua participação em atividades organizativas, cooperativas e de comercialização.

Essa abordagem promove um ciclo virtuoso de impacto: as mulheres atendidas se tornarão agentes de transformação social em seus territórios, fortalecendo a Agroecologia e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões.

A descentralização de recursos para a execução do TED via Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), visa possibilitar um processo formativo e de estruturação produtiva, numa coprodução entre conhecimento camponês – oriundo das áreas de reforma agrária – com o conhecimento científico, numa instituição federal renomada no estado de Alagoas. O IFAL é uma instituição de educação profissional e superior, ou seja, um complexo de educação que integra pesquisa, ensino e extensão, desde a formação básica a pós-graduação, estruturado em 16 campi com sede em 15 municípios de Alagoas. Além de coordenar e qualificar as ações em campo, serão gerados relatórios e produções acadêmicas relacionadas aos quintais produtivos no contexto da reforma agrária.

Neste sentido, apresenta-se a presente proposta com o propósito de vencer os desafios e promover condições necessárias para a qualificação das condições de vida das mulheres

rurais, transformando as ações em resultados duradouros com capacidade de replicação em outras comunidades.

7. RESULTADOS ESPERADOS

A presente proposta visa alcançar resultados que reflitam impacto positivo e transformador na vida das mulheres assentadas e acampadas da reforma agrária, promovendo a autonomia econômica, a segurança alimentar e nutricional, e o fortalecimento da agroecologia como base produtiva sustentável. Com a implementação de ações estruturantes, educativas e organizativas, espera-se transformar as comunidades atendidas em referências no desenvolvimento agroecológico e na valorização do protagonismo feminino.

Os resultados esperados abrangem desde a estruturação física de 150 Unidades Produtivas de Referência Agroecológica (UPRA), à geração de renda por meio da comercialização de produtos, até o fortalecimento das redes de apoio e das práticas coletivas entre as mulheres beneficiárias. Através da integração de saberes técnico-científicos e populares, o projeto busca consolidar uma abordagem inovadora, adaptada às realidades locais, que potencialize a sustentabilidade ambiental e social.

Além disso, espera-se que a proposta contribua para a superação de desigualdades de gênero, promovendo o debate sobre feminismo, equidade e enfrentamento à violência, ampliando as oportunidades de participação das mulheres em espaços decisórios e produtivos. Com isso, o projeto não apenas beneficiará diretamente as mulheres e suas famílias, mas também se tornará um modelo replicável para outras comunidades rurais. Deste modo, podemos elencar um conjunto de ações que potencialize o alcance dos resultados almejados como fundamentais:

Apoio à estruturação física de 150 Unidades Produtivas de Referência Agroecológica (UPRA):

Implantação de infraestrutura produtiva e organização de sistemas agroecológicos em unidades lideradas por mulheres rurais nos territórios atendidos pelo projeto, promovendo práticas sustentáveis e adaptadas às realidades locais.

Fortalecimento da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias:

Ampliação da disponibilidade de alimentos saudáveis e diversificados, assegurando a redução da vulnerabilidade alimentar e nutricional nas comunidades atendidas.

Geração de renda por meio da comercialização de produtos agroecológicos:

Inserção das mulheres e suas unidades produtivas em mercados locais e regionais, garantindo acesso a feiras agroecológicas, políticas públicas de comercialização e outras iniciativas de economia solidária.

Capacitação técnica e organizativa das mulheres rurais:

Realização de formações sobre práticas produtivas agroecológicas, gestão financeira, cooperativismo, feminismo e combate à violência, promovendo o empoderamento feminino e a autonomia econômica.

Fortalecimento das redes sociais e produtivas das mulheres:

Consolidação de articulações com movimentos sociais, associações e cooperativas, incentivando a organização coletiva e o protagonismo das mulheres nos territórios atendidos.

Integração do saber técnico-científico com o saber popular:

Desenvolvimento de práticas produtivas inovadoras por meio da coprodução de conhecimento entre o IFAL e as mulheres rurais, adaptando soluções técnicas às especificidades locais e fortalecendo a identidade cultural.

Monitoramento e avaliação do impacto do projeto:

Geração de indicadores qualitativos e quantitativos que evidenciem melhorias na autonomia econômica, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental das comunidades atendidas, contribuindo para a replicação da experiência em outros contextos.

Promoção da equidade de gênero e combate à violência:

Estímulo ao debate sobre feminismo, autonomia e direitos das mulheres, fortalecendo ações contra a violência e promovendo a igualdade de oportunidades nas comunidades rurais.

Consolidação do protagonismo feminino na agricultura familiar:

Aumento da visibilidade e da valorização das mulheres rurais como agentes fundamentais para a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e o desenvolvimento das comunidades no campo.

8. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

☐ Sim

☒ Não

9. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

☒ Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

☒ Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

☒ Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

☒ Sim

☐ Não

8.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

a) Despesa operacional com a Fundação de Apoio (10%) do Projeto.

Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela [Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#), a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Constituição e qualificação da equipe técnica que atenderá às beneficiárias	Equipe	1	R\$ 738.772,60	R\$ 738.772,60	maio/25	junho/05
Etapa 1.1	Constituição da Equipe	Equipe	1	R\$ 523.200,00	R\$ 523.200,00	maio/25	junho/05
Etapa 1.2	Qualificação e Articulação da Equipe	Equipe	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	maio/25	junho/05
Etapa 1.3	Aquisição de Equipamentos	Kit	1	R\$ 215.572,60	R\$ 215.572,60	maio/25	junho/05
PRODUTO	1 equipe constituída com 1 coordenadora geral, 1 coordenadora local, 1 coordenadora técnica, 1 coordenadora de comunicação, 4 técnicos/as extensionistas e 3 estudantes; 4 veículos adquiridos para realização das atividades; Equipamentos de informática (2 notebook, 1 projetor de imagem);						
META 2	Diagnóstico situacional, seleção e articulação das beneficiárias	Mulheres	150	R\$ 211,51	R\$ 28.170,00	maio/25	junho/25
Etapa 2.1	Diagnóstico situacional e seleção das beneficiárias	Diagnóstico	150	R\$ 0,00	R\$ 0,00	maio/25	junho/25

Etapa 2.2	Articulação e sensibilização das beneficiárias	Unidade	1260	R\$ 25,18	R\$ 28.170,00	maio/25	junho/25
PRODUTO	1 relatório com sistematização de 150 diagnósticos realizados com as beneficiárias						
META 3	Formação das Beneficiárias	Mulheres	150	R\$ 1.032,87	R\$ 79.991,00	julho/25	agosto/25
Etapa 3.1	1a Etapa do Processo Formativo (3 dias)	Mulheres	150	R\$ 604,10	R\$ 52.621,00	julho/25	agosto/25
Etapa 3.2	2a Etapa do Processo Formativo (3 dias)	Mulheres	150	R\$ 428,77	R\$ 27.370,00	julho/25	agosto/25
PRODUTO	1 encontro de formação com 150 mulheres em agroecologia e feminismo, produção agroecológica, acesso a mercados e princípios e práticas em economia solidária; 1 encontro de troca de experiência com grupos de mulheres; kit pedagógico;						
META 4	Planejamento dos Quintais Produtivos	Mulheres	150	R\$ 167,87	R\$ 0,00	julho/25	setembro/2
4.1	Planejamento em Grupos de Trabalho por técnico	Mulheres	150	R\$ 87,86	R\$ 0,00	julho/25	setembro/2
4.2	Planejamento dos Quintais Produtivos por unidade produtiva	Mulheres	150	R\$ 80,00	R\$ 0,00	julho/25	setembro/2
PRODUTO	150 planos de estruturação de quintais elaborados;						
META 5	Estruturação e ampliação dos quintais produtivos	Quintais	150	R\$ 5.665,68	R\$ 953.908,90	setembro/25	maio/27
5.1	Implantação/ampliação de 1 kit de quintal produtivo em cada quintal e assessoria técnica semanal	Quintais	150	R\$ 5.665,68	R\$ 953.908,90	setembro/25	maio/27
PRODUTO	150 quintais estruturados com kits agroecológicos instalados; 1 atendimento semanal em cada quintal produtivo						
META 6	Acesso a políticas públicas, circuitos curtos de comercialização e ações solidárias	Mulheres	150	R\$ 337,00	R\$ 33.300,00	outubro/25	maio/27
6.1	Ampliação do acesso a políticas públicas	Mulheres	150	R\$ 50,00	R\$ 0,00	outubro/25	maio/27
6.2	Ampliação do acesso a circuitos curtos de comercialização	Mulheres	150	R\$ 277,00	R\$ 33.300,00	outubro/25	maio/27
6.3	Ampliação da participação em ações solidárias	Mulheres	150	R\$ 10,00	R\$ 0,00	outubro/25	maio//27
PRODUTO	150 mulheres integradas em circuitos de comercialização e fornecendo produtos para programas de compras públicas recebendo kits de comercialização (sacola, caixa plástica, avental) e participando de ações solidárias						
META 7	Construção de estratégias de comunicação entre beneficiárias e de visibilidade das ações do projeto	Projeto	1	R\$200.000,00	R\$ 200.000,00	maio//25	maio/27
7.1	Construção e consolidação de estratégias de comunicação entre beneficiárias	Projeto	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	maio/25	maio/27
7.2	Construção e consolidação de espaços de visibilidade das ações do projeto	Projeto	1	R\$ 200.000,00	R\$200.000,00	maio//25	maio//27
PRODUTO	Ações de divulgação do projeto implementadas canais digitais e físicos						

Custo de Administração do Projeto		200.000,00																	
TOTAL	R\$ R\$ 2.034.142,50																		
10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>MÊS/ANO</th> <th>VALOR</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maio/2025</td> <td>R\$ 1.621.992,50</td> </tr> <tr> <td>Fevereiro/2026</td> <td>R\$ 412.150,00</td> </tr> </tbody> </table>					MÊS/ANO	VALOR	Maio/2025	R\$ 1.621.992,50	Fevereiro/2026	R\$ 412.150,00									
MÊS/ANO	VALOR																		
Maio/2025	R\$ 1.621.992,50																		
Fevereiro/2026	R\$ 412.150,00																		
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA</th> <th>CUSTO INDIRETO</th> <th>VALOR PREVISTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>339036</td> <td><i>Não</i></td> <td>R\$ 532.000,00</td> </tr> <tr> <td>339039</td> <td><i>Sim</i></td> <td>R\$ 1.132.762,50</td> </tr> <tr> <td>449052</td> <td><i>Não</i></td> <td>R\$ 369.380,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.</td> </tr> </tbody> </table>					CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO	339036	<i>Não</i>	R\$ 532.000,00	339039	<i>Sim</i>	R\$ 1.132.762,50	449052	<i>Não</i>	R\$ 369.380,00	Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO																	
339036	<i>Não</i>	R\$ 532.000,00																	
339039	<i>Sim</i>	R\$ 1.132.762,50																	
449052	<i>Não</i>	R\$ 369.380,00																	
Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.																			
Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.																			
12. PROPOSIÇÃO																			
Maceió, agosto de 2026																			
<p style="text-align: center;">CARLOS GUEDES DE LACERDA Reitor do IFAL Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada Observação: Autoridade competente para assinar o TED.</p>																			
13. APROVAÇÃO																			
Brasília, agosto de 2026																			
<p style="text-align: center;">PATRÍCIA DE LUCENA MOURÃO Subsecretária de Mulheres Rurais Substituta Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora Observação: Autoridade competente para assinar o TED.</p>																			



Documento assinado eletronicamente por **Patricia de Lucena Mourao, Subsecretária de Mulheres Rurais Substituta**, em 28/08/2026, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Guedes de Lacerda, Usuário Externo**, em 28/08/2026, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55568255** e o código CRC **D0D60207**.

Referência: Processo nº 55000.003113/2025-15

SEI nº 55568255